

Daniel Cara, Cristovam Buarque e Danilo Souza na audiência sobre responsabilidade da educação básica



Marcos Oliveira / Agência Senado

**Especialista diz que escola integral reduzirá desigualdade 8**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.726 – Brasília, sexta-feira, 31 de agosto de 2012



## Orçamento 2013: mínimo de R\$ 670,95 e PIB 4,5% maior

Jonas Pereira / Agência Senado



José Sarney recebe Lei Orçamentária Anual para 2013 da ministra do Planejamento, Miriam Belchior (C)

Proposta de lei orçamentária para o ano que vem foi apresentada ontem pelo governo; relator, Romero Jucá considera tempo curto para debater a proposta

**D**evido ao envolvimento dos parlamentares com as eleições municipais de outubro, o Congresso terá prazo curto para trabalhar o Orçamento de 2013, segundo o relator, Romero Jucá. Ontem, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, entregou o projeto da Lei Orçamentária Anual ao Congresso. O presidente da Comissão Mista

de Orçamento, deputado Paulo Pimenta, no entanto, assegurou que haverá tempo para votar o projeto até o fim do ano. Um dos desafios, segundo Jucá, será definir a compensação para os estados que sofreram perdas com a Lei Kandir, pois o valor não foi definido na proposta do Executivo. Hoje, o governo deve enviar ao Congresso os projetos de reajuste para servidores. **3**

### Ex-ministro Hélio Costa poderá ser chamado à CPI do Cachoeira

Proposta do deputado Carlos Sampaio se baseia no depoimento do ex-diretor do Dnit Luiz Antônio Pagot, esta semana. **4**

### Representantes do Parlamento Latino-Americano visitam Sarney **2**

### Cursos preparatórios pedem regras mais claras em concursos **5**



Eunício (D) cumprimenta Vicente Paulo (Ponto dos Concursos) em debate na CCJ

Gerardo Magela / Agência Senado

### Senado aprova 83 matérias em esforço concentrado

Na segunda semana do esforço concentrado antes das eleições, senadores aprovaram 83 matérias. Entre elas, ajuda de R\$ 688 milhões para municípios em calamidade. Também participaram de acordo sobre o Código Florestal. **2**

### Subcomissão prevê FGTS funcionando como poupança e empréstimo

Anteprojeto de Marta Suplicy é aprovado e será debatido entre governo, patrões e empregados. **7**

### Rolleberg vai presidir atualização do Código do Consumidor **5**

Gerardo Magela / Agência Senado



### Fundos de pensão precisam de novas regras, dizem especialistas **6**

Paulo Paim (C) coordena o debate realizado ontem pela Comissão de Direitos Humanos sobre previdência complementar



Ajuda a municípios em calamidade e autorização de empréstimos externos no valor de US\$ 1,22 bi estão entre as proposições acolhidas

# Esforço concentrado teve 83 matérias aprovadas nesta segunda semana

O SENADO APROVOU 83 proposições legislativas nesta semana, a segunda de esforço concentrado do período eleitoral. Desse total, foram votadas duas medidas provisórias, uma proposta de emenda à Constituição — em primeiro turno —, dois projetos de lei da Câmara e oito projetos de resolução autorizando a contratação de empréstimos externos.

Nas comissões, foram aprovados uma medida provisória, oito projetos de lei e 61 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em todo o país. As comissões também realizaram três audiências públicas.

Na quarta-feira, os senadores aprovaram a Medida Provisória 569/12, que abriu crédito especial de R\$ 688 milhões para três ministérios desenvolverem ações de combate à seca no Nordeste e aos efeitos das chuvas intensas em outras regiões.

Após muitas negociações, a comissão mista que analisou a Medida Provisória do

Código Florestal (MP 571/12) concluiu, também na quarta-feira, a votação da MP.

Por unanimidade, foi aprovado acordo que determina a volta da proteção a rios temporários e a inclusão de emenda que diminui a faixa de áreas de preservação permanente (APP) ao longo de cursos d'água a ser recomposta por médios produtores rurais. O texto será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

Com 58 votos favoráveis e 6 contrários, o Plenário do Senado aprovou, ainda na quarta, a criação de um Tribunal Regional Federal exclusivo para atender as demandas de Minas Gerais. Antes de ser encaminhada para a Câmara, a proposta (PEC 65/11) deverá ser submetida a votação em segundo turno, provavelmente em 12 de setembro.

Também foram aprovados pelo Plenário oito projetos de resolução autorizando operações de crédito externo de estados, municípios e União com organismos multilaterais, no valor de US\$ 1,22 bilhão. Os recursos serão aplicados em

### Propostas vitoriosas

<b>PEC 65/11</b>	Cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte
<b>MP 565/12</b>	Permite a abertura de crédito para os setores produtivos de municípios em calamidade pública
<b>MP 569/12</b>	Abre crédito em favor dos ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 688,5 milhões
<b>PLC 69/12</b>	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região — RN
<b>PLC 74/12</b>	Autoriza o Banco Central a doar ao estado de Pernambuco imóvel localizado na rua Siqueira Campos, em Recife
<b>PRs 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, todos de 2012</b>	Autoriza operações de crédito externo de estados, municípios e União com organismos multilaterais no valor de US\$ 1,22 bilhão para saúde, educação, saneamento básico e modernização dos sistemas elétrico e de mobilidade urbana de cidades

saúde, educação, saneamento básico e modernização dos sistemas elétrico e de mobilidade urbana de cidades.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votou projeto de lei (PLS 238/11) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que estabelece a imunização de meninas de 9 a 13 anos contra o papilomavírus humano (HPV), pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A de Ciência e Tecnologia (CCT) acolheu projeto (PLC 191/10) que determina a

reestruturação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), destinado a proteger a população, o meio ambiente e as instalações nucleares.

Já a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/11, de Ana Amélia (PP-RS), que prevê a dispensa de licitação para prorrogar serviços prestados por portos secos. Com a mudança, deverá ser adotado sistema de autorização.

## Gestora de usina hidrelétrica visita Presidência

O andamento das obras da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, no Amapá, foi tema de reunião ontem no Senado entre o presidente da Casa, José Sarney, e Ana Maria Fernandes, diretora-presidente da EDP no Brasil, empresa responsável pela gestão da usina.

Com investimento de cerca de R\$ 1,4 bilhão, a hidrelétrica está sendo construída no rio Jari, região sul do Amapá, divisa com o Pará, e deve ser concluída em 2014. Segundo Ana Maria Fernandes, a construção está dois meses adiantada em relação ao cronograma.

A capacidade instalada será de 373,4 megawatts, suficiente para abastecer uma cidade com 3 milhões de habitantes — seis vezes a população de Macapá.

— Setenta por cento dos trabalhadores são do Amapá e estamos a dar-lhes treinamento, que poderão usar em outras obras — disse Ana Maria Fernandes.



Ana Maria Fernandes diz que obras estão adiantadas

## Sarney recebe representantes do Parlamento Latino-Americano

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem as visitas do vice-presidente pelo Uruguai do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), senador Carlos Baraibar, e do presidente do grupo brasileiro na organização, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O Congresso Nacional sediou esta semana reuniões temáticas das comissões permanentes de trabalho do Parlatino, que é integrado por representantes dos congressos e assembleias legislativas de Estados democraticamente constituídos na região.

Cerca de 70 parlamentares de diversos países da América Latina e Caribe debateram temas das áreas como direitos humanos, defesa do consumidor, meio ambiente, agricultura e saúde.

Após a reunião, Baraibar ressaltou que o encontro de

parlamentares realizado no Brasil teve um saldo muito positivo.

— Reuniões que tivemos aqui significam um apoio decisivo do Parlamento brasileiro ao Parlatino que vai nos permitir avançar na integração — disse.



Sarney recebe Flexa (2ª à esq.) e Aécio (D), além de representantes do Chile, Uruguai e Argentina no Parlatino

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Debates

9h A sessão plenária é não deliberativa, sem a votação de projetos, destinada a discursos de senadores.

#### PRESIDÊNCIA: Posse no STJ

16h O senador José Sarney participa da posse, no Superior Tribunal de Justiça, dos ministros Felix Fischer e Gilson Dipp, nos cargos de presidente e vice-presidente do STJ.

#### CRA: Código Florestal

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza seminário para avaliar o novo Código Florestal com a presença, entre outros, do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. O debate será realizado em Porto Alegre, na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jonas Pereira/Agência Senado



A ministra do Planejamento, Miriam Belchior (5ª à esq.), entrega o projeto de Lei Orçamentária 2013 ao presidente do Senado, José Sarney (6º à esq.)

# Congresso terá prazo reduzido para discutir Orçamento de 2013, diz Jucá

Eleições de outubro podem dificultar as discussões do projeto da Lei Orçamentária Anual, entregue ontem pela ministra do Planejamento

COM AS ELEIÇÕES municipais de outubro, o Congresso terá prazo curto para trabalhar o Orçamento de 2013, segundo o relator do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR). Para ele, uma das principais tarefas será definir um valor para compensar os estados pelas perdas da Lei Kandir. O senador fez as observações ontem após a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, entregar o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) ao presidente do Senado, José Sarney.

A exemplo dos últimos três anos, o projeto orçamentário de 2013 encaminhado pelo Executivo não define um valor para compensar as perdas da Lei Kandir, que isentou a exportação de produtos primários e semielaborados

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O tema acaba sempre mobilizando a oposição durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que dá origem à LOA, sobretudo os parlamentares ligados a estados exportadores como Pará, São Paulo e Minas Gerais.

Jucá lembrou que todos os anos o Congresso consegue alocar R\$ 3,8 bilhões para compensar os estados pelas perdas decorrentes da Lei Kandir. Ele disse que os parlamentares vão discutir a questão e verificar se essa é uma prioridade do Congresso.

— Se é uma prioridade, vamos ter que conseguir recursos — disse o relator do Orçamento.

## Hoje é último dia para chegar projeto de aumento de servidor

Em relação ao aumento salarial dos servidores públicos federais, Jucá explicou que os acordos que vêm sendo acertados precisam ser encaminhados ao Congresso até hoje para que haja reajuste em 2013.

— Se não houver lei, não haverá instrumento para dar reajuste — alertou o senador. Jucá defendeu o diálogo e disse esperar que o governo conclua os entendimentos com os servidores.

— Esperamos que a maioria ou que todas as categorias possam ser atendidas. No caso do Judiciário, a ministra Miriam Belchior informou que colocou o reajuste dado ao Executivo e Legislativo, que é 15,8% em três anos — disse.

Para um reajuste maior, o senador reiterou que a proposta precisa ser aprovada antes da aprovação final do Orçamento, que precisa ser enviado ao Congresso

Nacional até 31 de agosto.

— Não adianta só colocar a dotação orçamentária, ela é pré-requisito para o pagamento. Tem que haver lei que determine o pagamento e defina o reajuste a cada categoria — explicou.

Jucá minimizou o risco de votação tumultuada pela presença de servidores pressionando por aumentos, mas admitiu que o prazo para votação é curto.

— Temos todos os anos um debate bastante intenso do Orçamento, sempre aprovado na última hora, tendo-se construído um entendimento. Este ano, com as eleições, o prazo fica mais curto. O prazo para o relatório preliminar, realização de emendas e votação dos relatórios setoriais fica para depois das eleições. Vamos ter que compactar prazos, fazer sessões de madrugada e votar a matéria até o final do ano — afirmou.

## Presidente da comissão não acredita que possa haver atraso

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que o cronograma de votação da proposta será definido na semana de 10 a 14 de setembro.

— Vamos iniciar o planejamento antes mesmo do período eleitoral, definir passo a passo o prazo e as datas. Ainda não tive oportunidade de fazer análise técnica do Orçamento, mas acho que não vai atrasar. Não creio que teremos dificuldades para votar

dentro da normalidade — afirmou Pimenta.

Por sua vez, a ministra Miriam Belchior disse que o Orçamento de 2013, que totaliza R\$ 2,14 trilhões, é importante por garantir os investimentos que o país precisa para continuar crescendo e garantindo as políticas sociais do governo, que está satisfeito com o resultado das negociações com os servidores.

A ministra confirmou ainda que as propostas de reajustes salariais serão entregues ao Congresso hoje.

## Cristovam questiona prorrogação de isenção fiscal para automóveis

Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou as vantagens da decisão do governo em prorrogar por mais dois meses as isenções fiscais para o setor automobilístico. Para o senador, apesar dos ganhos de curto prazo, a medida está ajustada a uma política econômica antiquada em termos sociais e ambientais.

— Esse é o caminho? Não é porque não cabem mais automóveis nas ruas — disse.

Outro problema seria o endividamento das famílias, que fazem financiamento para adquirir o carro. E para beneficiar o setor, disse, o governo abrirá mão de R\$ 5 bilhões em tributos. Se a intenção era incentivar a indústria, ressaltou, seria mais positivo incentivar ônibus para o transporte coletivo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Medida está ajustada a uma política econômica antiquada, diz Cristovam

## Anibal elogia redução da taxa básica de juros para 7,5% ao ano

A redução da taxa básica de juros (Selic) para 7,5% ao ano foi elogiada por Anibal Diniz (PT-AC). O senador destacou a iniciativa da equipe econômica do governo, que baixou a Selic para o menor patamar desde o início da série histórica em 1996.

— Temos que reconhecer o esforço da presidente Dilma para manter o juro sobre controle e a política de incentivo à produção, fatores que vão criar condições de mais investimentos e mais geração de emprego — afirmou.

Anibal também lembrou que deve ser inaugurada hoje a nova rodoviária internacional de Rio Branco (AC), um “marco de interligação entre Brasil, Peru e Bolívia”.



José Cruz/Agência Senado

Anibal destaca inauguração da nova rodoviária internacional em Rio Branco

### Lei Orçamentária Anual 2013

#### PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

▶ Crescimento do PIB	4,5%, chegando a R\$ 4,97 trilhões
▶ Salário mínimo	R\$ 670,95 (+7,9%)
▶ Inflação (IPCA)	4,5%

#### ORÇAMENTO (DESPESA PRIMÁRIA E FINANCEIRA): R\$ 2,14 TRILHÕES

▶ Amortização da dívida	34,4%
▶ Benefícios previdenciários e assistenciais	19,7%
▶ Despesas discricionárias (todas os Poderes)	11,7%
▶ Pessoal e encargos sociais	9,7%
▶ Transferências a estados e municípios	9,3%
▶ Juros e encargos da dívida	7,6%
▶ Demais despesas financeiras	4,6%
▶ Demais despesas obrigatórias	2,7%
▶ Reserva de contingência primária	10,3%

#### DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO: R\$ 249,4 BILHÕES

▶ Saúde	34%
▶ PAC	18,2%
▶ Educação	16,3%
▶ Brasil sem Miséria	12,8%
▶ Demais	8,3%
▶ Defesa	7,3%
▶ Ciência, tecnologia e inovação	2,9%

#### REAJUSTE SALARIAL DE 15,8% EM 3 ANOS IMPACTO EM 2013

▶ Executivo (acordo com 93% dos servidores)	R\$ 8,9 bilhões
▶ Legislativo	R\$ 285 milhões
▶ Judiciário	R\$ 964 milhões
▶ MPU	R\$ 123 milhões





Senador acredita que o Brasil vai comemorar o julgamento

## Simon vê mensalão como chance de dar fim à impunidade

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que a direção seguida pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão, associada aos efeitos da Lei da Ficha Limpa, deve contribuir para mudar as práticas na vida política e acabar com a impunidade.

— Muita gente não queria, mas entramos no caminho certo — afirmou.

Para o senador, o STF encontrou a fórmula certa para conduzir o julgamento dos 37 réus, dividindo em casos um processo complexo. Ele elogiou o voto dos ministros e afirmou que, ao antecipar a manifestação sobre as penas para os réus nos crimes já examinados, Cezar Peluso ofereceu uma orientação para o término do julgamento.

Simon disse que o país pode se preparar para um desfecho positivo.

— Se eu fosse presidente da República, no dia em que fosse publicado o resultado seria declarado ponto facultativo para todo mundo festejar — disse.

## Silêncio na CPI

O senador lamentou que, no mesmo dia do voto de Peluso sobre o mensalão, o ex-presidente da Delta Fernando Cavendish tenha ficado calado na CPI do Cachoeira. Para Simon, houve combinação para que o empresário comparecesse à CPI no dia em que as atenções do país estavam voltadas para o STF, acrescentando que diversos líderes partidários estavam ausentes.

Simon criticou a dispensa dos depoentes que se recusam a falar, sem oportunidade para que se façam perguntas.

— Onde está escrito aqui que perdi meu direito de fazer perguntas e contar as bandalheiras dele todas? — questionou o senador.

# CPI pode convocar o ex-ministro Hélio Costa

Deputado pediu a convocação do ex-titular das Comunicações depois que ex-diretor do Dnit relatou à comissão ter sofrido ameaças durante campanha eleitoral para o governo de Minas Gerais, em 2010

O EX-MINISTRO DAS Comunicações Hélio Costa pode ter de dar explicações à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira. Requerimento para a convocação foi apresentado quarta-feira pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP).

O pedido é baseado na denúncia feita à CPI pelo ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot. Ele disse ter sido ameaçado quando Costa era candidato ao governo de Minas Gerais pelo PMDB, em 2010, e lhe pediu indicações de empreiteiras para doação.

— Depois que disse não poder ajudá-lo, ele levantou de rompante, me deu de dedo e disse que se egeria

governador e sua primeira providência seria me tirar do Dnit — relatou Pagot.

Pouco antes, o ex-diretor-geral do Dnit confirmou que ajudou na indicação de empresas para doações à campanha da presidente Dilma Rousseff.

## Jogos em Brasília

Também aguardam votação pedidos de convocação de três pessoas presas em 24 de agosto na Operação Jackpot da Polícia Civil do Distrito Federal, sob acusação de integrarem o grupo de Cachoeira: Raimundo de Souza Queiroga, Bruno Soares Barbosa e Otoni Olímpio Queiroga Júnior. Eles estariam atuando na exploração de jogos de azar em Brasília, mesmo após a prisão do contraventor.

A próxima reunião administrativa da CPI deve acontecer

semana que vem. Enquanto isso, alguns parlamentares pressionam pela aprovação da quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de 12 empresas consideradas laranjas.

— Empresas foram criadas no mesmo dia, na mesma cidade e com os mesmos sócios, em rodízio, com circulação de milhões de reais em dinheiro público — alertou o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Pedro Taques (PDT-MT) citou sete empresas que receberam R\$ 260 milhões em repasses da Delta: SP Terraplenagem, Power Engenharia, JSM Terraplenagem, Soterra Terraplenagem, SM Terraplenagem, MB Serviços e Legend Engenheiros.

— O capital social delas chega a ser ridículo perto do que movimentavam — disse.



Entre deputados integrantes da CPI, Alvaro Dias (em pé, à direita) lembra que a Delta tinha contrato com obras do PAC

## Alvaro: Delta foi beneficiada por partidos governistas

Com base em dados da assessoria técnica da CPI, Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou que a construtora Delta faturou R\$ 9 bilhões entre 2002 e 2012 e que 87% do valor vieram de repasses de órgãos públicos administrados por partidos que apoiam o governo federal.

De acordo com o senador, 10,9% dos repasses estariam relacionados a partidos da oposição, dos quais 6,79% seriam órgãos administrados pelo PSDB.

— E o PSDB é o maior partido da oposição, estando à

frente de oito governos estaduais, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná — lembrou.

Um dos principais alvos da CPI, a Delta tinha contratos para boa parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de diversos governos estaduais.

O senador assinalou que há um vínculo muito forte entre a empresa e vários governantes do país. Ressaltou que existe um estado privilegiado na questão, responsável por elevado percentual de repasses à Delta: o Rio de Janeiro.

Alvaro frisou a importância dos trabalhos das CPIs do Congresso ao lembrar que o ex-senador Luiz Estevão vai devolver R\$ 468 milhões aos cofres públicos, providência decorrente da CPI do Judiciário, em 2000. Disse também que provas utilizadas no julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal vêm da CPI dos Correios, em 2005.

— É preciso destacar a importância desse instituto do Poder Legislativo, a CPI — reiterou o senador.



Senadora espera que mudança traga mais investimentos para a área

## Ana Rita comemora autonomia da Defensoria Pública da União

A aprovação de proposta de emenda constitucional que dá autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal foi celebrada ontem pela senadora Ana Rita (PT-ES) como início de nova era.

Votado no início do mês no Senado, o texto (PEC 82/11) ainda vai à deliberação na Câmara dos Deputados.

— Esperamos que agora venham a reboque maiores investimentos públicos e maior valorização dos defensores públicos federais — disse.

Para a senadora, a iniciativa significa a extensão da fronteira da democracia para incorporar ao ordenamento jurídico as populações periféricas de baixa renda, para superar a aplicabilidade da lei.



Requião elabora representação contra o ministro Paulo Passos

## Roberto Requião age contra nomeação nos Transportes

Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem que está elaborando com Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) uma representação à Procuradoria-Geral da República contra o ministro dos Transportes, Paulo Passos, e contra o Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Na opinião do senador, eles “são corresponsáveis pelas ilegalidades entranhadas na medida provisória que criou a estatal e pela ofensa às atribuições do Senado” ao nomear para a presidência do órgão Bernardo Figueiredo, cuja indicação para recondução à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) havia sido rejeitada pela Casa.

— Como se prova, ele foi omissivo e conivente com os desmandos das empresas concessionárias e se revelou péssimo gestor em suas funções públicas — afirmou o senador.

## Artifícios

Requião reafirmou que apresentou petição ao Supremo Tribunal Federal contra a medida provisória que cria a EPL e a nomeação prévia de Figueiredo para presidi-la. O senador lamentou o fato de a iniciativa ter sido feita por ato do Executivo sem discussão prévia do Congresso e disse que o Senado julgou Figueiredo inidôneo e inadequado para a ANTT.

— Usando artifícios e menoscabando a decisão do Senado, a Presidência cria a EPL e põe o mesmíssimo Bernardo Figueiredo, considerado por esta Casa desabilitado e inepto para dirigir a ANTT. A estatal vai cuidar do planejamento da infraestrutura no país, o que é pertinente; mas também deve cuidar desta delirante e despropositada ideia do trem-bala — criticou Requião.



# Normas sobre concursos devem ser aperfeiçoadas

Entidades que preparam candidatos e que organizam provas defendem regras claras e gerais para tornar os processos seletivos mais transparentes e justos. Fim do cadastro de reserva é um dos principais pleitos

ENTIDADES ENVOLVIDAS COM a preparação de candidatos e a organização de concursos reivindicam a definição de regras claras e gerais para orientar a seleção para cargos e empregos públicos em nível federal, estadual e municipal. A demanda foi defendida em debate promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Há muitas fraudes nos concursos realizados em estados e municípios — justificou Augusto Bello de Souza Neto, da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros (Andacon).

A entidade entregou a Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) — relator na CCJ do PLS 74/10, que tem objetivo de estabelecer a regulamentação — extensa lista de sugestões para aperfeiçoar os processos seletivos.

Entre as propostas, estão a elaboração de cronogramas para realização de concursos e nomeação dos aprovados,

a divulgação da lista dos candidatos e dos membros da banca examinadora, a devolução da taxa de inscrição em caso de cancelamento da seleção e a elaboração de questões nas provas relacionadas com as atribuições do cargo.

A entidade quer ainda a divulgação do edital 90 dias antes da realização das provas, aceitação de recurso pela internet e nomeação dos aprovados nas vagas definidas no edital.

Ao lado da garantia de transparência e isonomia na disputa, o fim dos concursos para formação de cadastro de reserva lidera os pleitos dos concurseiros. Até o diretor- do Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe-UnB), Ricardo Carmona, disse que a instituição não aceita organizar concurso que não tenha previsão de vagas nem que resulte em lucro para o órgão público contratante.

O juiz William Douglas defendeu ainda a exposição do número real de vagas disponíveis em cada cargo. A ideia é evitar o preenchimento dos postos por funcionários terceirizados, com contrato temporário ou comissionados sem vínculo formal com o serviço público.

O diretor-geral da Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf), Alexandre Ribeiro Motta, também considerou fundamental tornar uma exigência os cursos de formação.

— Eles não deveriam ter menos de um ano de duração — avaliou Motta.

A Andacon encaminhou à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão 6/12, propondo emenda constitucional que fixe regulação geral para os concursos públicos, a ser seguida por todos os entes federativos.

O senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado relator da proposta.



Paulo Bauer (E), Rodrigo Rollemberg e Ferraço na comissão especial

## Rollemberg presidirá comissão para modernizar o Código do Consumidor

A comissão especial criada para modernizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) será presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O colegiado examinará três projetos de alterações na norma (Lei 8.078/90). As propostas resultam de estudo feito por uma comissão de juristas presidida pelo ministro do STJ Herman Benjamin e foram entregues ao Senado em 14 de março. São elas: o PLS 281/12, que regulamenta compras pela internet; o PLS 282/12, com normas que buscam evitar a insolvência de pessoas físicas; e o PLS 283/12, que disciplina as ações coletivas.

O senador disse que, entre as primeiras medidas a serem tomadas pela comissão, está a realização de audiências.

— Vamos ouvir a opinião de juristas, dos órgãos de defesa do consumidor e da população — afirmou.

A comissão conta com 11 membros titulares e 11 suplentes. Terá Paulo Bauer (PSDB-SC) como vice-presidente e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como relator. O plano de trabalho, segundo a relatoria, deve ser apresentado no próximo esforço concentrado do Senado, de 10 a 14 de setembro.

Ferraço disse que buscará um texto equilibrado e que

contemple o momento atual da economia.

Cyro Miranda (PSDB-GO) sugeriu a abertura de um portal na internet para que o cidadão possa enviar sugestões.

— Às vezes, o que acontece no Sul é completamente diferente do que acontece no Norte e Nordeste — justificou. A sugestão foi acatada pela relatoria.

### Concurso público

Em Plenário, Rollemberg anunciou que assumirá o cargo, destacando que, quando o CDC foi aprovado, não havia o comércio eletrônico, que hoje movimentava R\$ 37 bilhões no Brasil por ano.

— Esses negócios precisam de segurança jurídica.

Ele comentou o debate realizado na CCJ sobre o PLS 74/10, que estabelece regras gerais para concursos públicos. O senador disse que, ao elaborar o substitutivo, deverá limitar o alcance da proposta às seleções realizadas no âmbito do poder público federal.

Rollemberg elogiou proposta aprovada na quarta-feira pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, regulamentando a realização de concursos públicos pela administração direta, autárquica e fundacional do DF.



Vicente Paulo (Ponto dos Concursos), William Douglas, senador Eunício Oliveira, Augusto Bello e Ricardo Carmona na CCJ

## Luiz Henrique cobra urgência na regulamentação das ZPEs

Luiz Henrique (PMDB-SC) criticou o atraso na implantação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) no país. Já se passaram 25 anos desde a criação da política que trata da criação das ZPEs, mas até hoje nenhuma delas saiu do papel, afirmou.

— Esse é um assunto que merece constar da agenda nacional de soluções prioritárias — disse o senador, para quem as ZPEs podem contribuir para que as indústrias saiam das dificuldades em que se encontram devido à competição estrangeira.

Ele registrou que muitas das ZPEs autorizadas

já contam com instalações, situação verificada em Imbituba, localidade portuária de seu estado. Conforme assinalou, Santa Catarina fez grande investimento no local e já existe fila de empresas interessadas em se instalar. Os projetos, no entanto, não podem avançar por falta de regulamentação.



Luiz Henrique: ZPE é solução

Segundo Luiz Henrique, as plataformas de produção que isentam de tributos tanto importações quanto exportações estão se multiplicando e operando com êxito em todo o mundo. Na América Latina, disse, um país pequeno como a Costa Rica dispõe de 139 ZPEs.

## Petecão apoia policiais federais em greve e pede que o governo negocie

Sérgio Petecão (PSD-AC) prestou solidariedade aos policiais federais que estão em greve há quase um mês. O senador disse apoiar as reivindicações de aumento salarial, melhores condições de trabalho e reformulação dos planos de carreira da Polícia Federal.

No entanto, afirmou estar preocupado com a paralisação, principalmente por representar, no Senado, um estado que faz fronteira com Peru e Bolívia. Essas fronteiras, explicou, são muito usadas por narcotraficantes.

Com apenas 30% do efetivo em atividade, segundo o senador, a

Polícia Federal conseguiu apreender recentemente mais de 1.000 quilos de drogas que seriam traficadas para o Acre. Como as faixas de fronteira do Brasil são imensas, muitos narcotraficantes estariam “nadando de braçada” devido à paralisação, afirmou.

— Presto minha solidariedade aos agentes em greve — disse Petecão, que cobrou do governo negociação com a categoria.

O senador também pediu apoio à proposta de sua autoria (PEC 67/11) que obriga a execução dos créditos do Orçamento destinados à Polícia Federal.



Petecão: reivindicação é justa





Paulo Paim (C) coordena debate com Cláudia Ricaldoni, Ruy Brito, Sérgio D'Andréa e Isa Musa, do Banco do Brasil

## Debatedores sugerem novas regras para fundo de pensão

Previdência complementar no Brasil atualmente não tem segurança jurídica para o pensionista, na opinião de participantes da audiência realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos

EXISTEM LACUNAS NA resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar sobre condições e procedimentos das entidades fechadas de previdência complementar. A afirmação foi feita ontem pelo representante da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, Ruy Brito, na audiência sobre fundos de pensão realizada pela Comissão de Direitos Humanos, presidida por Paulo Paim (PT-RS).

Segundo Brito, é necessário sustar artigos da resolução que dão o direito ao patrocinador de participar das reservas apuradas pelos fundos, na proporção de suas arrecadações. Na opinião dele, a medida promove o “enriquecimento ilícito do patrocinador”. Sobre a legislação da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), ele disse que não oferece segurança jurídica.

De acordo com a presidente

da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão, Cláudia Ricaldoni, existem 256 entidades fechadas com a opção de 1.030 planos, a maioria patrocinados por empresas privadas. Segundo ela, a previdência complementar surgiu para fomentar a poupança previdenciária, mas transformou-se em um ataque ao conceito previdenciário, com uma visão unicamente financeira.

### Contratos mudam

Cláudia criticou as leis complementares 108/01 e 109/01 e a resolução do conselho de gestão. Conforme disse, a legislação possibilita que o patrocinador faça mudanças nos contratos vigentes e dá direito à retirada de patrocínio.

O desembargador aposentado Sérgio D'Andréa sugeriu a criação de uma Justiça previdenciária, semelhante às Justças Eleitoral, Militar e do Trabalho. Para ele, o Congresso precisa impor mais rigidez

às instituições de previdência complementar.

Brito defendeu alteração no modelo de gestão utilizada nos planos e adoção de um sistema de gestão participativa com segregação de funções, em que uma parte administre e outra fiscalize.

Cláudia sugeriu mudança no modelo adotado pelas instituições financeiras, para que não vise só ao lucro e volte a ser previdenciário, tendo por objetivo a seguridade social do pensionista.

— Estamos tentando aprovar uma resolução que proteja o participante. Estamos trabalhando com a vida, saúde e segurança das pessoas. O dinheiro é o meio, não o fim — afirmou a presidente da associação.

Os fundos são opções de investimento para proporcionar uma aposentadoria complementar, como forma de aumentar os recursos recebidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## Paim pede pressa no pagamento do Aerus

A União deve começar a pagar em setembro os benefícios aos aposentados e pensionistas do Aerus, disse Paulo Paim (PT-RS). O senador criticou a demora da União em cumprir decisão judicial favorável aos beneficiários da entidade fechada de previdência complementar das antigas empresas aéreas Varig, Cruzeiro e Transbrasil.

Segundo Paim, a protelação afronta o Pacto de São José da Costa Rica, a convenção americana de direitos humanos subscrita pelo Brasil em 1969.

— Eu espero que essa história termine bem para todos, e que a União, mais uma vez, não protele e cumpra a decisão da Justiça. Conforme a última informação, cerca de mil companheiros do Aerus

já morreram na expectativa de receber o que lhes era de direito — afirmou.

O senador disse ter recebido a informação de que a Justiça manteve a antecipação de tutela para aposentados do Aerus e de que o recurso ingressado pela Advocacia-Geral da União foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

## Amorim destaca projeto que proíbe a venda de lanches com brinquedos

Citando recomendações internacionais para a saúde pública, Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu a aprovação do projeto de sua autoria (PLS 144/12) que proíbe a publicidade e a venda de refeição rápida acompanhada de brindes de apelo infantil. A proposta foi aprovada terça-feira na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Eduardo Amorim

O senador criticou as grandes redes de lanchonetes, que, em sua opinião, criam uma lógica de consumo equivocada ao associar a venda de lanches à distribuição de brindes. Ele

sublinhou que as crianças são especialmente vulneráveis a essas estratégias de venda, o que torna necessário protegê-las de hábitos alimentares inadequados.

— Pesquisas comprovam que uma em cada quatro crianças menores de 6 anos já apresentam sobrepeso e quase 11% apresentam obesidade. A ideia é que a lei possa servir de referencial para governos locais que quei-

ram promover esse tipo de regulação no país — afirmou. Ele ressaltou que, no Chile, legislação semelhante incentivou a venda de produtos de melhor qualidade nutricional.

## Jayne defende regulamentação de vigias autônomos

Jayne Campos (DEM-MT) defendeu a aprovação do PLS 302/12, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de vigia autônomo. O senador argumentou que a medida tem grande alcance social, já que as condições de segurança dos grandes centros urbanos fazem com que a procura pelo serviço aumente cada vez mais.

— O objetivo é tirar da informalidade um contingente de mais de 1,5 milhão de trabalhadores — disse.

Ele explicou que o projeto prevê algumas condições para a obtenção do registro de vigia autônomo, como ser brasileiro, maior de 21 anos e ter residência fixa.

## Ivo Cassol quer emancipação de distritos

Ivo Cassol (PP-RO) voltou a defender a emancipação de distritos em condições de serem transformados em municípios. Ele disse estar “desmentindo boatos espalhados por inimigos políticos” de que seria contra.

Cassol frisou ser favorável à medida não só em Rondônia como em todo o país por considerá-la fundamental para melhorar a condição de vida da população.

— É melhor um município pobre do que um miserável. Ponta do Abunã, em meu estado, é um distrito forte, mas vive na miséria — disse, citando ainda os distritos União Bandeirante e Extrema.



Jayme quer formalizar os vigias



Cassol apoia novos municípios

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## J DO DO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



## Suplicy cobra proteção para citricultores de SP



José Cruz/Agência Senado

Os produtores de laranja de São Paulo enfrentam graves problemas, como o baixo preço pago pela caixa da fruta, a existência de grandes estoques de suco e a queda nas exportações do produto, afirmou Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo o senador, o mercado do suco de laranja é dominado pelas esmagadoras, que atuam em cartel reprimindo o preço pago aos citricultores.

De acordo com Suplicy, a produção paulista responde por 98% das exportações brasileiras de suco de laranja concentrado e 11% das exportações do agronegócio brasileiro.

— Três em cada cinco copos de suco laranja consumidos no mundo saem de pomares de São Paulo — disse.

O senador citou medidas já adotadas em favor dos citricultores, como a rolagem de dívidas pelo governo federal, a determinação de preço mínimo e a decisão do governo paulista de adquirir suco de laranja para distribuição na merenda escolar.

Ele afirmou, no entanto, que as providências são insuficientes. Cobrou medidas para estabelecer o equilíbrio nas relações entre produtores e indústria, conter a verticalização e promover a recuperação dos pomares nas regiões tradicionais.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cyro Miranda acompanha a apresentação de relatório de Marta Suplicy, aprovado ontem em subcomissão da CAS

# Novo FGTS vai ser discutido com governo, trabalhadores e patrões

Subcomissão aprovou ontem anteprojeto de Marta que busca aumentar rentabilidade do fundo e permitir uso como poupança e para empréstimos

**AUMENTAR A RENTABILIDADE** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e transformá-lo em instrumento de poupança e empréstimo para o trabalhador são os principais objetivos do anteprojeto apresentado por Marta Suplicy (PT-SP). A proposta, aprovada ontem, faz parte do relatório preliminar da Subcomissão Temporária do FGTS, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o anteprojeto, definido pela relatora como inovador e ousado, o FGTS será remunerado pela Taxa Referencial de Juros (TR) acrescida de 4,5% de juros ao ano. Além disso, prevê o anteprojeto, metade dos lucros anuais do fundo será distribuída a todos os trabalhadores a ele vinculados. O valor relativo

ao lucro depositado poderá ser livremente sacado pelo trabalhador. Atualmente o fundo é remunerado na base de 3% ao ano mais TR.

Para aumentar a rentabilidade do trabalhador, Marta propõe a seguinte regra: quando a meta da taxa Selic for superior a 8,5% ao ano, o FGTS será remunerado pela TR mais 4,5%. Já se a meta for igual ou inferior a 8,5% ao ano, a remuneração do fundo será calculada com aplicação da TR mais 50% da Selic.

— Com isso, atacamos o problema da corrosão do saldo das contas pela inflação no longo prazo e de forma sustentável, sem desequilibrar financeiramente o fundo — garantiu a senadora.

A proposta resultou de debates em quatro audiências públicas e levou em conta cerca de 20 projetos de lei do Senado e 190 da Câmara. A intenção, ressaltou a senadora, é permitir ao empregado ser cotista do FGTS e poder depositar recursos na própria

conta. O trabalhador ainda poderá realizar empréstimo com juros mais baixos que os praticados no mercado.

Marta observou que a proposta foi elaborada com a contribuição do Conselho Curador do FGTS e terá de ser discutida e negociada com o governo para que, depois de aprovada pelo Congresso, seja sancionada de forma tranquila. O anteprojeto ainda poderá receber contribuições dos parlamentares e de diversos segmentos da sociedade.

Na segunda-feira, os senadores da subcomissão discutirão o texto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em data a ser agendada, também será ouvido o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O debate seria em 24 de setembro, mas a data será alterada em razão de outros compromissos do presidente da subcomissão, senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A senadora Ana Amélia (PP-

RS) informou que promoverá, com o vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), debates sobre o anteprojeto no Rio Grande do Sul.

Cyro Miranda anunciou que vai propor que senadores do Norte e Nordeste também promovam discussões nos estados para aprimorar a proposta.

## Cronograma

A subcomissão do FGTS aprovou também o cronograma de trabalho.

Em 18 de outubro será realizada audiência pública no Senado para discutir o texto com especialistas. No dia 8 de novembro, também no Senado, haverá audiência pública com acadêmicos e representantes do Conselho Curador do FGTS.

A apresentação do relatório final na CAS será feita em 28 de novembro e, no dia seguinte, o texto final será votado pela comissão.

A partir de então, o anteprojeto passará a tramitar como projeto de lei.

## Jucá protesta contra preço de passagens aéreas



José Cruz/Agência Senado

A variação no preço das passagens aéreas foi alvo de críticas, ontem em Plenário, no discurso de Romero Jucá (PMDB-RR). O senador disse que há um descontrole do

processo no país.

Como exemplo, ele contou sobre a disparidade de preços em duas reservas que fez para ir de Brasília a Boa Vista no fim de semana. Enquanto o voo de sábado custaria R\$ 700, o de sexta-feira chegaria a R\$ 3.500.

Jucá enfatizou que, quando a viagem entre as duas cidades precisa ser feita com urgência, chega-se a cobrar até R\$ 5 mil pela passagem.

— É mais caro do que ir à China ou aos Estados Unidos. Isso não tem explicação e precisa ser regulado, fiscalizado — protestou.

## Cidinho cobra medidas contra interdição da BR-364



José Cruz/Agência Senado

Cidinho Santos (PR-MT) cobrou providências do governo federal para assegurar o trânsito pela BR-364, interditada por índios desde segunda-feira. O bloqueio da rodovia,

que liga São Paulo ao Acre, deixou Cuiabá sem combustível, disse.

O parlamentar informou que o governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, chegou a Brasília quarta-feira à noite para tratar da questão com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Azevedo.

Para o senador, é preciso que o governo federal restabeleça a autoridade. Os índios ocupam a rodovia para pressionar o governo a revogar a Portaria 303/12, da Advocacia-Geral da União, sobre demarcação de terra indígena.

## Pinheiro destaca melhorias de infraestrutura na Bahia



Woldemir Barreto/Agência Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) relatou na quarta-feira as melhorias na malha de infraestrutura da Bahia previstas no pacote de concessões de ferrovias e rodovias anunciado

dia 15 pelo governo federal.

O senador citou a recuperação da malha ferroviária entre Belo Horizonte e Recife, passando por Salvador e Aracaju. Ele disse ter conhecido bem o trecho entre Salvador e Montes Claros (MG), rota cumprida pelo pai dele quando chefe de trens. Segundo o parlamentar, o trecho trará mais integração ao país, uma vez que, na cidade baiana de Brumado, se encontra com a Ferrovia Oeste-Leste.

Pinheiro citou também investimentos do governo estadual na Bahia, principalmente na região metropolitana.

## Renan relatará projeto que regula serviço de táxi



Woldemir Barreto/Agência Senado

Renan Calheiros (PMDB-AL) comunicou ter sido designado relator do projeto de lei que regula a transmissão de autorizações para a exploração do serviço de táxi (PLS

253/09). A proposta foi aprovada no Senado em outubro de 2009, encaminhada à Câmara dos Deputados, onde sofreu alterações, e agora retorna à Casa de origem.

O senador disse que o projeto é muito importante para os taxistas, pois ajudará a acabar com a informalidade que marca hoje o mercado de autorizações para a exploração do serviço.

Renan também comunicou a aprovação de seu requerimento que cria comissão especial de seis juristas para elaborar anteprojeto de lei de arbitragem e mediação.



## Paulo Paim comemora sanção da Lei de Cotas

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a sanção, na quarta-feira, da lei que institui o sistema de cotas para universidades federais. O senador disse que o dia histórico é também simbólico para ele: há nove anos, falecia sua mãe, que, contou, sempre defendeu os menos favorecidos.

Em pronunciamento no dia da sanção, Paim lembrou que, há mais de 20 anos, apresentou no Congresso o primeiro projeto que visava instituir uma política de cotas.

Ele explicou que, de acordo com a lei, 50% das vagas das universidades e institutos técnicos federais serão reservadas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública.

As vagas, acrescentou, serão distribuídas proporcionalmente a alunos negros, pardos, brancos ou indígenas, tendo como base a proporção de cada etnia na população de cada estado.

— É uma forma de reparar a exclusão histórica de gerações que durante séculos foram marginalizadas — afirmou o senador, lembrando que políticas de cotas foram adotadas em países como Estados Unidos, Canadá e África do Sul.

## Para Tomás, medida não prejudica o ensino superior



Tomás Corrêia (PMDB-RO) classificou como um grande avanço para o Brasil a lei sancionada pela presidente

Dilma Rousseff que institui o sistema de cotas para o ingresso em universidades e escolas técnicas federais.

Em pronunciamento na quarta-feira, o senador cumprimentou o colega Paulo Paim por sua luta pelas cotas e disse que a medida não prejudicará a excelência do ensino superior.

— A queda da excelência não será pelas cotas, mas pela falta de investimento no setor público a partir do ensino fundamental até o ensino superior — afirmou.

Tomás, que contou ter nascido numa cidade sem escola, relatou as dificuldades que teve para completar os estudos e cursar faculdade. Ele se disse satisfeito ao perceber que “a vedação do pobre ir à faculdade não existe mais”. O senador comparou a recente contestação judicial à política de cotas com a reação negativa das oligarquias do século 19 à abolição da escravatura.



Medeiros, Cara, senador Cristovam e Souza: defesa unânime de maior participação do governo federal na educação básica

## Especialista pede investimento federal para escolas integrais

Professor Marcelo Medeiros, do Ipea, diz que aumentar o tempo do aluno na escola contribui para suprir carência educacional dos pais; ele defende maior participação do governo federal na área

A ADOÇÃO DA escola em tempo integral, capaz de ajudar a reduzir as desigualdades sociais no Brasil e de ampliar as chances do país na competição econômica global, só será possível com ampla participação do governo federal. A avaliação foi feita ontem pelo professor Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), durante a segunda reunião do ciclo de audiências sobre o tema “Educação básica: responsabilidade do governo federal?” — iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

No encontro, presidido por Cristovam Buarque (PDT-DF), o pesquisador ressaltou o fato de que um dos principais determinantes do sucesso das crianças na escola é o nível educacional

de seus pais. Mesmo que uma revolução educacional tivesse início agora, observou Medeiros, ainda seria necessário um grande período para obter os resultados esperados. Enquanto isso, acrescentou, outros países de semelhante nível de desenvolvimento, como o México, estão disparando à frente do Brasil.

— Estamos ainda presos a uma âncora do passado, representada pelo nível socioeconômico dos pais. A maneira de superar isso é complementar o papel das famílias com a escola, alargando a duração do ensino.

Nesse sentido, segundo o professor, o “esforço gigantesco” que precisa ser feito tem de envolver o governo federal. Para ele, “ou o Brasil corre agora ou perde lá na frente”.

## Debate sugere maior presença da União

Maior participação da União no financiamento da educação básica também foi sugerida pelo terceiro-vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Danilo Souza. Ele considera necessário investir na redução das desigualdades educacionais nas diversas regiões do país.

— Os entes da Federação são autônomos, mas desiguais. E temos que lembrar a condição especial do Norte e do Nordeste. Federação que se preza não pensa em indivíduos de segunda, terceira e quarta categorias — afirmou.

O secretário de Formação da Confederação Nacional

dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Gilmar Ferreira, defendeu a regulamentação dos dispositivos constitucionais que tratam da colaboração entre a União, os estados e os municípios. Na opinião dele, não se deve tolerar que a União, o ente que mais arrecada, seja o que menos investe em educação.

Ao comentar os depoimentos na audiência, Ana Amélia (PP-RS) disse que “os números apresentados confirmam a injusta distribuição de recursos, em que a União é a prima rica, os estados são os remediados e os municípios são os pobres”.

Cristovam advertiu que

## “Município está com corda no pescoço”

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, observou na CE que, dentro do esforço para ampliar os investimentos no setor para 10% do PIB, a União seria a única capaz de aumentar a participação.

Representante de uma entidade que reúne mais de 200 organizações da sociedade civil, ele enfatizou que os municípios “estão com a corda no pescoço e os estados estão próximos disso”.

— Temos dúvidas se é possível federalizar a educação básica como um todo, mas o governo federal precisa assumir a sua responsabilidade constitucional. Como? Garantindo um patamar mínimo de investimento e políticas de gestão acordadas com estados e municípios — sugeriu.

Uma “alternativa pragmática”, disse, seria ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aumentando a complementação feita pelo governo federal de R\$ 9 bilhões para R\$ 40 bilhões.

## Eunício quer rapidez na liberação de verbas contra a seca

A liberação de recursos para as famílias afetadas pela seca no Nordeste deve ser agilizada pelo governo, pediu Eunício Oliveira (PMDB-CE). O senador defendeu a simplificação dos procedimentos para a aplicação das verbas.

Eunício saudou a aprovação, pelo Congresso, das medidas provisórias 565/12 e 569/12, que destinam recursos para municípios atingidos pela seca ou por chuvas intensas.

— Espero que todas essas medidas, que a presidente Dilma vai sancionar, sejam implantadas com a máxima urgência — disse.

## Acordo sobre MP do Código Florestal foi o possível, diz Viana

A proposta que alterou a MP do Código Florestal, aprovada na quarta-feira na comissão mista que fez a análise prévia da matéria, é razoável e representou o acordo possível. A avaliação é de Jorge Viana (PT-AC), que, em discurso da tribuna, relatou as dificuldades enfrentadas para o entendimento.

— Conseguimos algo que se apresentava como impossível — disse o senador, ao frisar que o novo código responde às expectativas do país por uma lei que promova segurança jurídica para a produção agrícola e que proteja as florestas.

## Sérgio Souza defende nova política de irrigação

Sérgio Souza (PMDB-PR) voltou a defender a proposta que institui uma nova política nacional de irrigação. O texto (PLS 229/95), relatado por ele na Comissão de Infraestrutura, visa estimular o aumento da área irrigada e da produtividade agrícola.

Como exemplo da importância da matéria, Sérgio Souza citou as quebras nas safras no Rio Grande do Sul e no Paraná.

— Estamos em um país que tem 12% de toda a água de superfície do planeta, mas vemos uma plantação morrendo de sede. Isso é inaceitável — declarou.



Jose Cruz/Agência Senado



Jose Cruz/Agência Senado



Geraldo Aragão/Agência Senado